

Aula 02 - Prof Celso Natale

*Banco do Brasil - Conhecimentos
Bancários - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:

**Celso Natale, Equipe Legislação
Específica Estratégia Concursos,
Stefan Fantini**

28 de Dezembro de 2022

SUMÁRIO

1	Política Fiscal e Orçamento	3
1.1	Política Fiscal Expansionista X Política Fiscal Restritiva (Contracionista).....	4
2	Gastos, Déficit e Dívida Públicos (Orçamento)	6
2.1	Déficit Primário, Operacional e Nominal.....	13
2.2	Mensuração acima da linha ou abaixo da linha	16
2.3	Regime de contabilização	17
2.4	Sustentabilidade do endividamento público.....	18
3	Títulos do Tesouro Nacional	21
	Resumo e Esquemas da Aula	26
	Bibliografia	30
	Questões Comentadas	31
	Lista de Questões.....	47
	Gabarito.....	53



INTRODUÇÃO

Olá!

Nesta aula iremos olhar um pouco mais de perto as contas públicas. Conforme solicitado pelo edital, nossos assuntos serão:

4- Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública.

São assuntos totalmente interligados, e comparada à aula anterior, esta tende a ser bem mais simples. Mas preciso que você tenha na ponta da língua os conceitos de primário, operacional e nominal, e os tipos de títulos do Tesouro, ok?

Bons estudos para você!



@profcelsonatale



PROFESSOR
CELSONATALE



1 POLÍTICA FISCAL E ORÇAMENTO

A gente começa esta aula falando sobre política fiscal. Sabe por quê?

Porque “orçamento público” é, resumidamente, o planejamento das receitas e despesas do setor público. E política fiscal é o uso dessas receitas e despesas com finalidades de guiar a economia do país.

E porque já conhecemos muito sobre a política monetária, e a política fiscal é apenas mais um tipo de política econômica.

Então vamos começar!

A **política fiscal** consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações (receitas) do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

Os gastos podem ainda ser divididos em despesas e transferências. A diferença é que as transferências (como o Bolsa Família) não têm contrapartida, enquanto as despesas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.

Portanto, os **instrumentos** da política fiscal são: gasto do governo (G), transferência (Tr) e tributação (T). A execução da política se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.




1.1 Política Fiscal Expansionista X Política Fiscal Restritiva (Contracionista)

Quando o governo **aumenta seus gastos** ou **reduz a tributação**, dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**.

Simetricamente, quando o governo **diminui seus gastos** ou **aumenta a tributação**, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** - também chamada contracionista.

Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
 EXPANSIONISTAS	 RESTRITIVAS
<ul style="list-style-type: none">▶ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);▶ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);▶ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);▶ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);▶ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	<ul style="list-style-type: none">▶ Recriação da CPMF (↑T: impostos);▶ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);▶ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);▶ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);▶ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada - daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda é inferior à oferta, e a economia opera abaixo de seu potencial.

A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa **inflação**, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

Agora, vamos entender mais sobre os gastos do governo e os gastos públicos (sim, são coisas diferentes!).



2 GASTOS, DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICOS (ORÇAMENTO)

Os **gastos públicos** podem ser considerados, com segurança, o principal elemento da política fiscal e, conseqüentemente, uma das questões mais importantes da economia do setor público.

É por meio dos gastos públicos que o governo cumpre suas funções relacionadas à produção ou regulação do fornecimento de bens públicos e à correção de externalidades, além da prestação de serviços básicos como saúde, educação e seguridade social.

Por isso, os gastos públicos também nos informam como o Estado está escolhendo utilizar seus recursos, ou seja, quais bens e serviços e em quais quantidades o governo está fornecendo à sociedade, e qual está sendo o custo.

Embora sejam tratados como sinônimos de gastos governamentais, Flávio Riani¹, autor em cujo trabalho baseou-se esta parte da aula, explica que:

A interpretação mais usual dos gastos públicos considera o custo da provisão dos bens e serviços executados pelo setor público que aparece nas contas orçamentárias do governo. No estudo das finanças públicas, tem que estar bastante claro qual o conceito de gastos com o qual se está trabalhando.

Existe uma diferença básica entre os chamados **gastos governamentais** e os **gastos públicos**. De maneira geral, consideram-se gastos governamentais apenas as despesas realizadas pelas unidades que compõem a administração governamental direta e indireta.

Dessa forma, seriam englobados neste conceito apenas os gastos realizados pelas esferas de governo mais suas autarquias e fundações.

Por outro lado, considera-se gasto público a totalidade dos gastos governamentais mais as despesas do governo com suas atividades econômicas produtivas, incluindo-se aí as empresas estatais.

Agora que sabemos o que são os gastos, sua importância e o desdobramento em gastos governamentais e gastos com atividades econômicas produtivas (financiados pela própria atividade), vamos conhecer mais algumas das classificações.

Os **gastos governamentais**, portanto, são aqueles financiados pela tributação ou endividamento público, e podem ser apresentados em diversos graus de desdobramentos, desde a despesa total, até o gasto mais detalhado possível.

¹ Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória. LTC. Edição do Kindle



Nos interessam 3 graus diferentes de detalhamento, do menos detalhado para o mais detalhado, destacados por Riani, que são as **despesas**:

- 1) **AGREGADAS**
- 2) **POR CATEGORIA ECONÔMICA**
- 3) **POR FUNÇÃO**

As **despesas agregadas** proporcionam avaliação, como o nome indica, no nível macroeconômico dos gastos da administração pública direta e indireta e, dessa forma, ter um panorama de seus principais componentes.

As agregações, no Brasil, são feitas para cada esfera que compõe a administração, como:

- ▶ Nível Federal
- ▶ Agregado de Estados
- ▶ Agregado de municípios

Nesse nível, portanto, pode-se dizer que o nível agregado permite uma análise superficial dos gastos – distribuídos por componentes tais como pessoal e encargos, transferências, juros e amortizações da dívida etc. –, evidenciando sua participação na renda total do país, sem detalhamento que permita avaliar a real eficácia ou finalidade específica dos gastos.

O detalhamento dos **gastos governamentais por categorias econômicas** permite análise detalhada de sua qualidade, apresentando por meio de balanços gerais das **unidades federativas** (União, Estados Distrito Federal e Municípios) da estrutura governamental.

Novamente citando Riani, por meio dos gastos por categoria econômica, é possível avaliar ou apurar:

- ▶ a situação financeira do governo, quando analisada conjuntamente com a receita;
- ▶ o peso relativo de cada componente na estrutura de gastos;
- ▶ a capacidade de poupança do governo;
- ▶ a capacidade de investimentos do governo;
- ▶ como a rigidez da composição dos gastos restringe a margem de flexibilidade do governo, interferindo diretamente na sua política de gastos.

As **categorias econômicas** são: **despesas correntes** e **despesas de capital**.

As **despesas correntes** são os gastos necessários ao funcionamento da administração pública, como despesas com pagamento de pessoal, com manutenção da estrutura funcional e com consumo de bens e serviços.

Em outras palavras, os gastos correntes são aqueles gastos de custeio com as atividades corriqueiras do governo (compra de materiais de escritório, aluguéis, pagamento de servidores públicos, pagamento de juros da dívida pública etc.).



Esses gastos diminuem as disponibilidades financeiras do Estado, em geral **com efeito negativo sobre o Patrimônio Líquido**, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas.

É importante observar que os juros da dívida pública pagos entram nessa categoria, assim como as transferências constitucionais realizadas entre as esferas do governo.

As **despesas de capital**, por outro lado, apesar de também diminuïrem as disponibilidades financeiras do Estado, não têm efeito sobre o Patrimônio Líquido, pois têm uma contrapartida a redução de uma obrigação ou a constituição de um bem ou direito.

Elas são, por exemplo, gastos com investimentos em capital, como obras e edificações, que caracterizam a constituição de ativos, ou gastos com amortização do valor principal da dívida pública, que reduzem o passivo do governo.

Sendo assim, o governo gasta R\$1.000, mas incorpora um patrimônio que, naquele momento, vale R\$1.000. OU então gasta R\$500 e diminui uma dívida em R\$500.

Exemplos práticos de gastos de capital: construção de estradas, pontes, edifícios, hospitais, escolas, amortização da dívida pública etc.

Dessa forma, podemos dizer que os gastos de capital são o conceito de **investimento** do setor governamental, são despesas orçamentárias realizadas com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que irão contribuir para a produção de novos bens ou serviços e que, ao contrário dos gastos correntes, geram aumento patrimonial.

DÍVIDA PÚBLICA E TIPOS DE GASTOS

Em relação à dívida pública, o **pagamento de juros** é considerado **gasto corrente**, enquanto a **amortização da dívida** é considerada **gasto de capital**. Ainda aprofundaremos muito este assunto, mas quando falamos em dívida pública, falamos tanto da dívida interna (os credores fazem parte do mercado interno) como da dívida externa (os credores fazem parte do resto do mundo).

Por fim, a classificação dos gastos públicos por **funções** apresenta a distribuição dos gastos entre as diversas funções do Estado, que são:

- ▶ Legislativo
- ▶ Judiciário
- ▶ Administração e planejamento
- ▶ Defesa nacional e segurança pública
- ▶ Educação e cultura
- ▶ Habitação e urbanismo
- ▶ Indústria, comércio e serviços
- ▶ Saúde e saneamento
- ▶ Trabalho Assistência e previdência
- ▶ Transportes



- ▶ Agricultura
- ▶ Energia e recursos minerais
- ▶ Desenvolvimento regional
- ▶ Comunicações
- ▶ Outros

Cada uma dessas funções se desdobra em diversos programas governamentais, evidenciando, de forma mais detalhada, as prioridades elegidas pelo governo para os recursos públicos arrecadados.

Até aqui temos falado em “governo”, algo que devemos entender que inclui o congresso, a justiça, a previdência, a presidência da República, os ministérios, os governos estaduais, as prefeituras e as secretarias etc.

Agora, precisamos compreender por que “governo” é diferente de “setor público”.

Portanto, a partir daqui é necessário delimitarmos melhor o que é o **setor público** para fins de mensuração de seus déficits e sua dívida. Afinal, o edital fala em orçamento público, né?

O setor público é o setor público não-financeiro mais o Banco Central (conforme definido no manual de estatísticas fiscais da autarquia).

O setor público não-financeiro inclui: as administrações diretas federal, estaduais e municipais; as administrações indiretas (autarquias e fundações), o sistema público de previdência social e as empresas estatais não-financeiras federais, estaduais e municipais, além da Itaipu Binacional.

Setor público não-financeiro → + <u>Banco Central</u> = Setor Público	administrações diretas administrações indiretas sistema público de previdência social estatais <u>não</u> -financeiras Itaipu Binacional fundos públicos ²
---	--

Ou, esquematizando de outra forma:

² Somente fundos não-intermediários, ou seja, constituídos com contribuições fiscais ou parafiscais.



Setor Público

Setor Público não-financeiro

Banco
Central

Adm. Direta
e Indireta
(FUM)

Previd. Social
Pública

Estatais não-
finan.

Itaipu
Binacional

Fundos
Público

Portanto, além do governo, o setor público inclui as estatais não financeiras, a Itaipu, os fundos públicos e o Banco Central. Agora vamos avançar, entendendo como déficit e dívida são conceitos relacionados.

O **déficit público** é apurado anualmente, ou seja, mensura-se o resultado naquele ano específico e, por isso, é uma variável do tipo **fluxo**. Os sucessivos déficits (ou superávits) vão se acumulando à **dívida pública**, que é uma variável do tipo **estoque**. Aqui, cabe uma explicação. Se liga no quadro:

VARIÁVEIS FLUXO X VARIÁVEIS ESTOQUE

- As variáveis econômicas podem ser classificadas de duas formas: como "variáveis de fluxo" ou como "variáveis de estoque".

As **variáveis do tipo fluxo** são medidas em relação a determinado período de tempo; já as **variáveis do tipo estoque** são medidas em certo instante de tempo.



Por exemplo: seu salário é uma variável "fluxo", pois você ganha aquele dinheiro em determinado período; normalmente, um mês.

Seu saldo bancário, por outro lado, é uma variável "estoque". Ele é o resultado dos diversos fluxos na sua conta corrente, e quando você olha seu saldo, vê um valor que representa aquele momento específico.

Esse exemplo também deixa claro que os fluxos determinam os estoques.

Sendo assim:



Estoque é algo que faz sentido perguntar “quanto é o valor disso agora?”, como uma **fotografia** de determinado instante.
Enquanto fluxo é algo que faz sentido perguntar “quanto foi o valor disso em determinado período?”

E assim como ocorre com qualquer um que gasta mais do que ganha, quando o governo apresenta déficit em suas contas, precisará arrumar um jeito de honrar seus compromissos, e pode fazer isso, basicamente, de três formas:

1. tributação
2. emissão de títulos públicos (endividamento)
3. emissão de moeda

Sobre a tributação, já falamos bastante em política fiscal, e nosso foco é realmente o endividamento, então falaremos rapidamente sobre a emissão de moeda.

A emissão de moeda, em teoria, seria feita por meio da venda de títulos públicos ao Banco Central, que emite a moeda e recebe, em troca, os títulos. Na prática, esse tipo de operação não é realizado no Brasil por limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando o governo emite e vende títulos públicos, os compradores tradicionais são os bancos, que, por terem adquirido os títulos do governo, deixam de emprestar esses recursos ao público, diminuindo dessa forma os investimentos e a poupança privada.

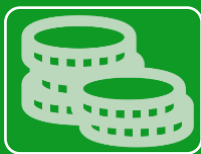
O ponto crucial é que ao incorrer em déficit o governo, se não quiser causar inflação ou onerar a economia, acaba por aumentar o endividamento, ou seja, aumentar a **dívida pública**.

Dessa forma, surge a necessidade de pagar o valor principal da dívida e os juros, tornando mais difícil obter resultados positivos.



Tributação

- Elevação da carga tributária
- Diminui a atividade econômica



Emissão de moeda

- BC imprime dinheiro e entrega ao Governo
- Causa inflação



Endividamento

- Governo emite títulos e vende no mercado
- Eleva a dívida pública

Quando há **superávit público**, isto significa que o governo está arrecadando mais do que está gastando, logo, está fazendo política fiscal contracionista (restringindo a demanda agregada).

Quando há **déficit público**, isto significa que o governo está gastando mais do que está arrecadando, logo, está fazendo política fiscal expansiva (aumentando a demanda agregada).

Existem **três mensurações diferentes do déficit público**, que visam apurar com maior precisão onde estão as despesas públicas que vêm causando a situação deficitária. A gente já vai falar sobre essas mensurações.

Só quero reforçar que os conceitos de déficit e dívida pública não se confundem. Déficit é o excesso de gastos sobre a arrecadação, enquanto dívida é o acumulado de déficits, ou seja, é uma espécie de passivo do Estado. Dissemos que **o déficit é uma variável "fluxo" e a dívida é uma variável "estoque"**.

Agora sim, vamos detalhar mais o resultado fiscal, conhecendo as três mensurações: primário, operacional e nominal, das quais você provavelmente já ouviu falar no noticiário, e eventualmente não prestou a atenção. Mas agora vai, porque pode cair na prova. =)



2.1 Déficit Primário, Operacional e Nominal

O **déficit primário**, como o nome sugere, é a mensuração mais básica, pois considera apenas a diferença entre as despesas não-financeiras e as receitas não-financeiras. E por “não financeiro” devemos entender tudo aquilo que não é pagamento ou recebimento de juros. Se o resultado for positivo, temos um déficit primário.

O termo “receitas não-financeiras” pode aparecer como “receitas primárias”, que dá no mesmo, ok? Os outros dois conceitos, nominal e operacional, irão agregar alguns elementos ao cálculo do déficit. Foi por isso que partimos do primário.

$$\begin{aligned} &\textbf{Déficit Primário (DP)} \\ &= \\ &\textbf{Despesas não financeiras} \\ &- \\ &\textbf{Receitas não financeiras} \end{aligned}$$

O Brasil tem buscado obter **superávits primários** mensurados como uma porcentagem do PIB, para assim poder reduzir a dívida pública.

O déficit operacional leva em consideração o pagamento dos juros reais. Ou seja, são consideradas as despesas financeiras:

$$\begin{aligned} &\textbf{Déficit Operacional (DO)} \\ &= \\ &\textbf{DP + juros reais da dívida pública} \end{aligned}$$

Por fim, o **déficit nominal** nada mais é que o déficit operacional corrigido pela inflação. Ele também pode ser calculado somando as despesas financeiras e não-financeiras e subtraindo as receitas financeiras e não financeiras.

$$\begin{aligned} &\textbf{Déficit nominal = DO + inflação} \\ & \\ &\text{ou} \\ & \\ &(\text{Despesas não-financeiras} + \text{despesas financeiras}) \\ &- \\ &(\text{Receitas não-financeiras} + \text{receitas financeiras}) \\ &= \\ &\textbf{Déficit nominal} \end{aligned}$$



Como as mensurações do déficit estão relacionadas entre si, surgem diversas formas de obter uma delas, partindo-se de outra.

Observe que **o déficit nominal é o mais abrangente**, pois inclui todas as receitas e despesas, financeiras e não financeiras. Isso nos leva ao esquema a seguir:



Veja que o déficit nominal é igual ao déficit operacional com inflação, assim como o déficit operacional é igual ao déficit primário com juros reais.

E como juros reais mais inflação é igual a juros nominais, este próximo esquema também é válido:



Já que tocamos no assunto, vamos amarrar bem essa relação entre juros reais, nominais e déficit público:

JUROS NOMINAIS X JUROS REAIS

A taxa de juros nominal corresponde ao ganho monetário obtido por determinada aplicação, independente do comportamento do valor da moeda (independente da inflação). Por exemplo, se eu aplico hoje R\$ 100,00 e resgato daqui a 01 mês R\$ 130,00, a taxa de juros nominal foi de 30% a.m., ou seja, os R\$ 30,00 que eu ganhei em relação aos R\$ 100,00 que apliquei. Se eu tivesse resgatasse R\$ 300,00, a taxa de juros nominal teria sido de 200% a.m.

A taxa de juros real corresponde ao ganho que se obtém em termos de poder de compra. Ou seja, ela corresponde à taxa de juros nominal recebida, descontada a perda de valor da moeda, isto é, descontada a inflação no período da aplicação. Ou seja, a taxa de juros real é igual à taxa de juros nominal menos a taxa de inflação. Suponha que eu tenha aplicado R\$ 100,00 e resgatado R\$ 130,00; mas a inflação no período tenha sido de 30%. Neste caso, percebemos claramente que os 30% que eu ganhei nominalmente foram totalmente corroídos pela inflação. Do ponto de vista real, descontada a inflação, o ganho



da aplicação foi de 0%. Assim, podemos definir que a taxa de juros nominal corresponde à soma entre a taxa de juros real e a taxa de inflação:

$$\text{juros reais} = \text{juros nominais} - \text{inflação}$$

ou

$$\text{juros nominais} = \text{juros reais} + \text{inflação}$$

Veja que o conceito de juros nominais é bem mais amplo, e inclui a inflação (correção dos preços). Esta correção dos preços pode ser resumida nas correções monetária e cambial, pois tais correções são decorrentes de variações no valor da moeda (correção monetária e cambial).

Assim, quando somamos os juros nominais ao déficit primário, estamos somando não somente as taxas de juros sobre a dívida, mas também a correção monetária e cambial. Por isso:

$$\text{déficit nominal} = \text{déficit primário} + \text{juros nominais}.$$

Os juros reais não incluem a correção de preços (correção monetária e cambial). Por isso:

$$\text{déficit operacional} = \text{déficit primário} + \text{juros reais}$$

Desta forma, observe que o déficit operacional analisa o déficit do ponto de vista "real" (descontando a inflação). Fique atento quando a questão fala em juros nominais ou reais. Neste caso, apenas se a questão fizer esta distinção entre "nominais" e "reais", os conceitos que você deve decorar são os que estão acima.

Esta diferenciação é importante, pois muita gente não entende por que o déficit nominal é igual ao déficit primário (e não o déficit operacional) mais os juros nominais. A chave está no entendimento da diferença entre juros nominais e juros reais.

Se for falado apenas "juros", sem especificar se são "nominais" ou "reais", você pode adotar o seguinte:

$$\text{déficit nominal} = \text{déficit primário} + \text{juros} + \text{correção monetária e/ou cambial}$$

$$\text{déficit operacional} = \text{déficit primário} + \text{juros}$$

A mensuração que vimos até agora, na qual são observadas as **diferenças entre as despesas e receitas**, é chamada de apuração do resultado fiscal **acima da linha**, em contraposição à mensuração **abaixo da linha**, que considera a **variação da dívida líquida total**.



Explicando melhor: segundo o critério “abaixo da linha”, quando a dívida líquida total aumenta, interpreta-se que houve resultado fiscal negativo (déficit), do contrário, quando a dívida líquida total diminui, sabe-se que houve superávit.



ESQUEMATIZANDO

$$\frac{\text{Despesas-Receita}=\text{Déficit}}{\text{Variação da dívida líquida total}} \text{ A Linha}$$

Agora, nos concentraremos na apuração do resultado “acima da linha” ou “abaixo da linha”: as necessidades de financiamento do Setor Público. São apenas duas formas diferentes de chegar ao mesmo resultado, ou duas formas diferentes de a banca cobrar na prova.

2.2 Mensuração acima da linha ou abaixo da linha

Verifique, apenas como exemplo, a estrutura de gastos de “José” no mês de março de 2020:

Despesas		Receitas	
Aluguel	700	Salário	2300
Luz, água, internet	300		
Alimentação	600		
Outros	1000		
Total	2600	Total	2300
Acima da linha ↑			
Abaixo da linha ↓			
Necessidade de Financiamento do José : 2600 – 2300 = 300			

Fazendo um paralelo entre o orçamento de José, representado acima, e o orçamento do governo, temos o seguinte acerca dos métodos de mensuração do déficit público:

- **Acima da linha:** ocorre quando se mede o déficit com base na execução orçamentária das entidades que o geram, isto é, diretamente das receitas e das despesas. No caso de José, pelo método acima da linha, mediríamos o déficit por meio da medição do que foi auferido como receita e do que foi gasto como despesa (pela verificação dos dados que estão acima da linha, como o próprio nome sugere). No caso do governo, verificamos quais foram os gastos com, por exemplo, educação, saúde, custeio etc. (enfim, todos os gastos das entidades) e quais foram as receitas, para, então, verificarmos o déficit ou superávit público.



- ▶ **Abaixo da linha:** por este método, mede-se o tamanho do déficit pelo lado do financiamento. Em vez de se preocupar com as receitas e gastos, simplesmente, faz-se a seguinte pergunta: quanto eu tenho que pagar (quanto eu tenho que financiar)? A resposta será o próprio déficit público. No caso de José, pelo método abaixo da linha, mediríamos o seu déficit pela quantia que ele precisa financiar para fechar as contas do mês (ele precisa financiar 300, logo, 300 é o seu déficit ou sua necessidade de financiamento).

Os dados oficiais das necessidades de financiamento do Brasil (NFSP) são gerados pelo Banco Central **e o método utilizado é o “abaixo da linha”**, ou seja, a partir das alterações no valor da necessidade de financiamento (ou na variação do endividamento).

A razão da escolha desse critério é que, se a conferência de receitas e despesas é diferente da variação do endividamento, o mais provável é que os dados acima da linha, muito mais trabalhosos e complicados de contabilizar, estejam errados (algum item talvez não tenha sido corretamente apurado, gerando uma variação na necessidade de financiamento).

Conquanto os dados oficiais sejam mensurados por meio do método “abaixo da linha”, outras entidades governamentais (geralmente as unidades orçamentárias de menor escalão) fazem levantamentos “acima da linha”, pois, apesar de mais imprecisos, eles permitem saber de forma mais apropriada o que exatamente se passa com a receita e a despesa das unidades orçamentárias (com o que está se gastando mais, por exemplo).

Assim, perceba que nós podemos conceituar as NFSP utilizando qualquer um dos dois critérios, ainda que o cálculo oficial realizado pelo BC utilize somente o critério abaixo da linha. Assim, se você vir uma questão de prova com este formato: “pelo critério acima da linha, conceituam-se as NFSP...”; não estranhe, pois o critério acima da linha está sendo usado apenas como meio de conceituação e isto não significa que o BC utilize o critério acima da linha para apurar as NFSP.

2.3 Regime de contabilização

Existem dois tipos de regimes para contabilização do déficit público:

- ▶ **Regime de competência:** os fatos contábeis são registrados de acordo com o período em que ocorreu o fato gerador (despesa ou receita). Por exemplo, imagine que o governo brasileiro faça a compra de 10 aviões caça da França, no valor de US\$ 150 bilhões. No regime de competência, a despesa será contabilizada no momento do fato gerador (momento da compra) e não quando o governo brasileiro efetua o pagamento ao governo francês.
- ▶ **Regime de caixa:** os fatos são registrados quando se dá o pagamento ou o recebimento. No exemplo acima, segundo o regime de caixa, a compra dos aviões só seria contabilizada quando houvesse o pagamento ao governo francês. De acordo com o regime utilizado, pode-se chegar a diferentes valores de déficit/superávit.



No Brasil, **As NFSP são apuradas pelo regime de caixa, à exceção dos resultados de juros, que são apurados pelo regime de competência.** Isso significa que as despesas públicas (exceto os juros) são consideradas como deficit no momento em que são pagas, e não quando são geradas. Isso vale para as receitas, que são computadas quando entram no caixa do governo, e não quando ocorre o fato gerador.

Assim, o regime de competência neste caso torna a despesa de juros mais regular ao longo do tempo, sendo, portanto, mais consistente com a apuração da dívida do setor público junto ao sistema financeiro.

E mais um esqueminha para ajudar a lembrar:



Regime de Competência

- Os fatos contábeis são registrados de acordo com o período em que ocorreu o fato gerador (despesa ou receita).
- Na dívida pública, apenas **juros** são apurados assim.



Regime de Caixa

- Os fatos são registrados quando se dá o pagamento ou o recebimento.
- Adotado na contabilidade fiscal, exceto para juros.

E isso nos leva a uma conclusão importante: como o **resultado primário não considera juros, pode-se dizer que ele é 100% regime de caixa**, enquanto os demais (operacional e nominal) são parte caixa, parte competência.

2.4 Sustentabilidade do endividamento público

Neste tópico, vamos falar da sustentabilidade do endividamento.

De um modo geral, a noção que devemos ter se uma dívida é grande ou não vai depender muito do devedor de que estamos tratando.

Por exemplo, suponha que uma empresa de pequeno porte (uma loja) deva uns R\$ 300.000 a um banco. Se a empresa é pequena, e fatura pouco, isto representa uma grande dívida. A empresa pode até decretar falência por causa disso.



Agora, por outro lado, se um conglomerado financeiro ou industrial tem uma dívida de R\$ 300.000, isto não representa NADA. É "troco de pão"! Isso porque o faturamento do conglomerado é altíssimo, de tal forma que essa dívida não impacta as atividades do conglomerado.

Quando vamos fazer um financiamento em um banco (vamos assumir uma dívida), o primeiro item levado em conta é a nossa renda. Dependendo da renda que comprovamos possuir, podemos assumir grandes dívidas. No entanto, se nossa renda é baixa, o banco não nos emprestará uma quantia razoável (não nos deixará assumir uma dívida grande).

Com um país (em vez de uma empresa ou pessoa), a situação é semelhante em alguns aspectos. A diferença está no fato de que um país não precisa de "autorização" para se endividar. Basta ele emitir (e vender) títulos no mercado e, pronto, a dívida aumenta. Nesta situação, é diferente de uma pessoa normal, para a qual é necessário um agente credor (um banco, geralmente) interessado em emprestar algum dinheiro.

A semelhança acontece no que se refere à análise se uma dívida vai ser grande ou não. O item levado em conta para avaliarmos se uma dívida é grande ou não é a relação da dívida com o "faturamento" ou a "renda" do país. Só que um país não possui faturamento, mas sim um "PIB". Assim, nós avaliamos a sustentabilidade do endividamento público a partir da relação dívida/PIB.

Se esta relação for baixa, o endividamento é sustentável. Na medida em que a relação aumenta, o endividamento perde sustentabilidade. Assim, uma dívida pública de R\$ 1,5 trilhão para um país com PIB de R\$ 4,5 trilhões não é tão grave. Ou seja, a relação dívida/PIB seria de 30%, o que é considerado uma relação muito boa.

RELAÇÃO DÍVIDA PIB

Dívida Pública / PIB

Já a mesma dívida (R\$ 1,5 trilhão) para um país com PIB bem menor (por exemplo, que possui um PIB de R\$ 500 bilhões...) seria mais preocupante.

Mas é claro que apenas isso não nos diz muito. Também é preciso avaliar se esse país é um bom pagador, ou seja, se tem capacidade de honrar com suas obrigações e o grau de facilidade com que pode obter novos financiamentos.

Portanto, um país de moeda e economias fortes com uma relação dívida PIB de 100% não é preocupante como um país instável política e economicamente com a mesma relação, por exemplo.

Sendo assim, ainda em relação ao endividamento público, apresento abaixo alguns conceitos que podem cair em prova (retirado do trabalho "Sustentabilidade e limites de endividamento público: o caso brasileiro", publicado no site do Tesouro Nacional):



- ▶ Solvência;
- ▶ Liquidez;
- ▶ Sustentabilidade; e
- ▶ Vulnerabilidade

Um primeiro conceito relacionado à discussão da dinâmica da dívida pública é o de solvência. Uma entidade qualquer é dita solvente se o valor presente descontado de seus gastos primários (isto é, exclusive encargos financeiros) correntes e futuros não é maior que o valor presente descontado de sua renda corrente e futura, líquida de qualquer endividamento inicial.

Ou seja, na análise da dívida pública, de modo simplificado, podemos entender que a condição de solvência requer que a previsão de receitas (presentes e futuras) seja maior que a previsão de despesas (presentes e futuras).

Outro conceito é o de **liquidez**. Uma entidade é dita líquida se seus ativos líquidos e o financiamento disponibilizado pelo mercado são suficientes para honrar o pagamento e/ou a rolagem do serviço e das amortizações de suas dívidas.

O terceiro conceito é o de **sustentabilidade**. A posição de endividamento de uma entidade é dita sustentável se ela satisfaz a condição de solvência sem que sejam necessárias maiores correções em suas receitas e/ou gastos dados os custos de financiamento que ela encara no mercado. Portanto, o conceito de sustentabilidade engloba conjuntamente os conceitos de solvência e liquidez, sem fazer uma delimitação clara entre eles.

Dentro desta ideia de sustentabilidade, existem (existiram) vários estudos sobre o que seria uma dívida sustentável. Conforme dissemos, hoje, pelo menos para fins de prova, o que interessa é nós focarmos na relação dívida/PIB. No entanto, ainda vale a pena expor aqui na aula o argumento de Bohn (o mais relevante, para concursos):

Caso o resultado primário responda positivamente a acréscimos na dívida pública, então, esta pode ser vista como sustentável (mesmo em ambiente de incerteza econômica).

Por fim, o conceito de **vulnerabilidade** é simplesmente o risco de que as condições de solvência e/ou liquidez sejam violadas e a entidade devedora entre em crise.



3 TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL

Ao longo do curso, falamos bastante sobre títulos públicos federais, que são os Títulos do Tesouro Nacional. Vimos que, do ponto de vista do governo, eles servem ao duplo propósito de:

- ▶ **Financiar os déficits públicos:** ao emitir títulos e colocar eles no mercado primário, o governo está se endividando, pois se compromete a pagar determinado valor, em determinada data, aos compradores do título.
- ▶ **Instrumento de política monetária:** o Banco Central compra e vende esses títulos no mercado aberto (secundário) como forma de regular a quantidade de moeda em circulação. Exemplo: ao comprar títulos no mercado, o BC coloca mais moeda em circulação.

Então sim: os títulos públicos também têm mercado primário e secundário, como ocorre com os valores mobiliários, sendo que o endividamento e a captação ocorrem apenas no mercado primário, enquanto o mercado secundário serve para dar liquidez aos títulos.

Agora, o que precisamos fazer é conhecer os **títulos públicos federais** que, no Brasil, são emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser adquiridos por qualquer pessoa que deseje investir, por meio do Tesouro Direto.



O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, de forma 100% online.

Lançado em 2002, o Programa surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, permitindo aplicações a partir R\$ 30,00.

Além da B3, fazem parte do programa os bancos e as corretoras habilitados, pelas quais o investidor se cadastra, realiza aportes e recebe valores do Tesouro Direto.

Já ouviu falar em LTN, LTF e NTN? Se não conhece, tudo bem, faremos isso agora. Se conhece, se liga: esses títulos mudaram de nome, oficialmente, em 2015, num esforço do Tesouro para torná-los mais compreensíveis para o público em geral.

E você vai concordar que "Tesouro Prefixado com Juros Periódicos" é mais informativo do que "Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)", ainda mais depois que você entender o que significa prefixado e juros periódicos.



Para todos os efeitos, os nomes antigos ainda convivem no mercado com os novos, mas aproveito para expor essas mudanças de nomenclatura ao mesmo tempo que apresento os títulos atuais dos quatro títulos públicos que conheceremos:

Nome antigo		Novo nome
Letra do Tesouro Nacional (LTN)		Tesouro Prefixado
Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)	▶	Tesouro Prefixado com Juros Periódicos
Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)		Tesouro IPCA com Juros Periódicos
Letra Financeiro do Tesouro (LFT)		Tesouro Selic

Sendo assim, nosso primeiro passo é relembrar o que significa **prefixado**.

Veja bem, se você emprestar um dinheiro para mim (como acontece com frequência aqui no curso) podemos definir que eu vou pagar 8% de juros ao ano, por exemplo. Nesse caso, estamos definindo previamente quanto te pagarei de juros, estamos prefixando.

Outra opção, seríamos definir que vou te pagar 110% da Selic ao ano. Assim, se a Selic ficar em 7%, vou te pagar 7,7% de juros, mas se a Selic ficar em 9%, vou te pagar 9,9%. Quanto vou te pagar, só saberemos depois. Estamos pós-fixando minha dívida.

Note que nos dois casos esse empréstimo é de renda fixa, pois você não tem risco de perder o valor principal emprestado, e apenas os juros irão variar. É diferente de comprar uma ação, que pode perder valor.

Mas aí eu pergunto, *induzindo você ao erro*: qual é mais seguro, pré ou pós-fixado?

Por mais contraintuitivo que seja, o título prefixado é um pouco mais arriscado. No nosso exemplo, se fecharmos em 8% de juros (prefixado) e a inflação disparar para 20%, você se deu mal. Quando eu te pagar (e eu vou pagar ;)), os juros sequer vão cobrir a inflação.

Por outro lado, se combinarmos um pós-fixado em 110% do IPCA (índice de inflação), se a inflação ficar alta ou baixa, tanto faz: vou te pagar juros 10% acima do IPCA e, portanto, acima da inflação.

Com essa explicação, ficamos com este comparativo:



Prefixados			Pós-fixados
Rentabilidade predefinida			Rentabilidade por indexadores
Sabe o rendimento desde o início			Só sabe o rendimento no final
Pode perder para inflação			Difícil perder para inflação
Um pouco mais arriscado			Um pouco mais seguro
% ao ano = % a.a.			% do CDI, SELIC, IPCA e etc

Adaptado de BTG Pactual

Com isso, fica mais fácil compreendermos o que é o **Tesouro Prefixado** (antiga LTN): é o título público federal que paga juros predefinidos. Ou seja, no momento da compra, você já sabe exatamente quanto irá receber no futuro.

O Tesouro Prefixado sempre paga R\$1.000 no vencimento (e apenas no vencimento, nunca antes), sendo vendido por um valor menor que reflete os juros, mas há várias opções de data de vencimento.

Por exemplo: o “Tesouro Prefixado 2024” vence em 01/07/2024, e pagará R\$1.000 por título nessa data. Hoje, você pode comprar um desses por R\$794,35³, pois os juros prefixados são de 8,19% ao ano.

³ Não se prenda a esse valor exato. A banca não cobrará isso. O que importa é entender a lógica: se você aplicar juros de 8,19% ao ano sobre o valor de R\$794,35, vai dar R\$1.000 no vencimento.



Já o “Tesouro Prefixado 2026” está pagando 8,61%, algo coerente com a curva de juros que vimos em aula anterior, né?

Já o **Tesouro Prefixado com Juros Periódicos**, como o nome indica, faz pagamentos intermediários (normalmente a cada seis meses), ou seja, antes do vencimento. Esses pagamentos ocorrem por meio dos chamamos cupons de juros.

Por exemplo: o “Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2031” paga juros a cada seis meses, além de realizar o pagamento final no vencimento. Hoje, para esse título, os juros estão em 9,20% ao ano.

Agora, vamos aos títulos **pós-fixados**.

O **Tesouro Selic**, como esse conveniente nome indica, paga juros correspondentes à Taxa Selic adicionados de terminado percentual fixo.

O “Tesouro Selic 2024”, por exemplo, vence em 2024, e paga Selic + 0,2129% no vencimento. Note que o fato de ter uma parte da remuneração fixa (os 0,2129%) não faz com que ele deixe de ser pós-fixado, uma vez que a remuneração só será conhecida no final.

Por fim, o **Tesouro IPCA**, de forma semelhante, paga IPCA e algum juros adicional. Atualmente, há opções com ou sem cupom, ou seja, com ou sem pagamentos intermediários.

Agora, falaremos sobre os títulos públicos em geral.

Alguns títulos têm vencimento em 2055 (exemplo: TESOURO IPCA+ com juros semestrais 2055), e isso pode fazer você se perguntar: e se eu precisar do dinheiro antes de 2055, tenho que esperar o vencimento?

De forma alguma!

A maioria dos títulos do Tesouro Direto têm garantia de recompra pelo valor de mercado: se você quiser se desfazer dos títulos e rever seus recursos antes do vencimento, o próprio Tesouro recompra os títulos.

Aliás, não apenas o Tesouro: títulos públicos têm bastante liquidez, o que significa que existem muitos compradores e vendedores negociando esses títulos no mercado secundário, tornando fácil entrar ou sair de uma posição.

Também há cobrança de **impostos e taxas**.

Como **impostos**, são cobrados o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), para resgates da aplicação em menos de 30 dias, e o Imposto de Renda (IR), com alíquota regressiva a depender do prazo do investimento, da seguinte maneira:

- I. 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II. 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;



- III. 17,5%, em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- IV. 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

Portanto, se você comprar e resgatar em menos de 30 dias, vai pagar IOF e 22,5% de imposto de renda sobre o valor do rendimento (seu “lucro” com o título). Mas se resgatar após 250 dias, por exemplo, não pagará IOF, e o IR será de 20%.

São cobrados dois tipos de **taxas** nas operações com o Tesouro Direto:

1. Taxa de custódia - cobrada semestralmente pela B3.
2. Taxa de administração - pode ser cobrada pela Instituição Financeira (corretoras, bancos ou distribuidoras de valores) e o valor pode variar entre elas.

E para fechar esta aula, uma visão geral dos títulos do Tesouro Nacional.

	Tesouro Prefixado	Tesouro Prefixado com Juros Periódicos	Tesouro Selic	Tesouro IPCA	Tesouro IPCA com Juros Periódicos
Tipo	Prefixado	Prefixado	Pós-fixado	Pós-fixado	Pós-fixado
Remuneração	% definido	% definido	Selic + % definido	IPCA + % definido	IPCA + % definido
Cupons	Não	Sim	Não	Não	Sim
Risco de juros	Alto	Alto	Baixo	Médio	Médio
Risco de inflação	Alto	Alto	Médio	Baixo	Baixo

Ah! Preste atenção nas questões, pois deixei para explicar o “risco de juros” lá.



RESUMO E ESQUEMAS DA AULA



Políticas Fiscais



EXPANSIONISTAS

- ▶ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);
- ▶ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);
- ▶ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);
- ▶ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);
- ▶ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).



RESTRITIVAS

- ▶ Recriação da CPMF (↑T: impostos);
- ▶ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);
- ▶ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);
- ▶ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);
- ▶ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).



Setor público não-financeiro →

+ Banco Central

= Setor Público

administrações diretas

administrações indiretas

sistema público de previdência social

estatais não-financeiras

Itaipu Binacional

fundos públicos⁴

Setor Público

Setor Público não-financeiro

Banco
Central

Adm. Direta
e Indireta
(FUM)

Previd. Social
Pública

Estatais não-
finan.

Itaipu
Binacional

Fundos
Público

⁴ Somente fundos não-intermediários, ou seja, constituídos com contribuições fiscais ou parafiscais.



VARIÁVEIS FLUXO X VARIÁVEIS ESTOQUE

As variáveis econômicas podem ser classificadas de duas formas: como "variáveis de fluxo" ou como "variáveis de estoque".

As **variáveis do tipo fluxo** são medidas em relação a determinado período de tempo; já as **variáveis do tipo estoque** são medidas em certo instante de tempo.

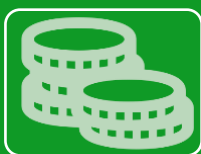


FORMAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO



Tributação

- Elevação da carga tributária
- Diminui a atividade econômica



Emissão de moeda

- BC imprime dinheiro e entrega ao Governo
- Causa inflação



Endividamento

- Governo emite títulos e vende no mercado
- Eleva a dívida pública



Déficit Primário (DP)

$$\begin{aligned} &= \\ &\text{Despesas não financeiras} \\ &- \\ &\text{Receitas não financeiras} \end{aligned}$$

Déficit Operacional (DO)

$$\begin{aligned} &= \\ &\text{DP} + \text{juros reais da dívida pública} \end{aligned}$$

Déficit nominal

$$\begin{aligned} &= \\ &\text{DO} + \text{inflação} \end{aligned}$$

ou

$$\begin{aligned} &(\text{Despesas não-financeiras} + \text{despesas financeiras}) \\ &- \\ &\frac{(\text{Receitas não-financeiras} + \text{receitas financeiras})}{=} \\ &\text{Déficit nominal} \end{aligned}$$

Déficit Nominal

Déficit Operacional

Inflação

Déficit Primário

Juros reais

Déficit Nominal

Déficit Primário

Juros Nominais

Juros reais

Inflação



APURAÇÃO ACIMA E ABAIXO DA LINHA

$$\frac{\text{Despesas-Receita}=\text{Déficit}}{\text{Variação da dívida líquida total}} \text{ A Linha}$$



Regime de Competência

- Os fatos contábeis são registrados de acordo com o período em que ocorreu o fato gerador (despesa ou receita).
- Na dívida pública, apenas **juros** são apurados assim.



Regime de Caixa

- Os fatos são registrados quando se dá o pagamento ou o recebimento.
- Adotado na contabilidade fiscal, exceto para juros.

RELAÇÃO DÍVIDA PIB

Dívida Pública / PIB

BIBLIOGRAFIA

Banco Central do Brasil, em <https://www.bcb.gov.br/>

Manual de Estatísticas Fiscais do BCB

Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (MEFP) do Tesouro Nacional

Mercado Financeiro. Atlas. Assaf Neto, Alexandre. Edição Kindle.

Mercado Financeiro Produtos e Serviços. Fortuna, Eduardo. Qualitymark Editora. Edição Kindle.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (2019/CESGRANRIO/UNIRIO/Economista)

Segundo a teoria Keynesiana do comportamento de macroeconomia, a política fiscal expansiva é um instrumento básico para estimular uma economia em recessão.

Uma política fiscal expansiva consistiria, por exemplo, em aumentar o(a)

- a) gasto do setor público
- a) imposto de renda
- a) superávit orçamentário do setor público
- a) receita fiscal do governo
- a) taxa cobrada pelos serviços públicos prestados pelo governo

Comentários:

Apesar do enunciado enfeitar um pouco, você só precisa marcar a alternativa que traz exemplo de política fiscal expansiva (expansionista): o aumento do gasto público, na letra "a".

Aproveitando para analisar as demais alternativas:

b) imposto de renda

A elevação de impostos é política fiscal contracionista.

c) superávit orçamentário do setor público

Para aumentar um superávit, ou governo deve elevar a arrecadação (impostos) ou reduzir seus gastos. Ambos são exemplos de política fiscal contracionista.

d) receita fiscal do governo

O governo aumenta sua receita fiscal elevando tributos. Mais uma contracionista.

e) taxa cobrada pelos serviços públicos prestados pelo governo

Taxa é um tipo de tributo (como os impostos e contribuições). Então, já sabe: política fiscal contracionista.

Gabarito: "a"

2. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Administração)

Um aumento dos gastos em bens e serviços por parte do governo, financiado pela emissão de títulos públicos e causando um aumento das taxas de juros na economia, é uma política



- a) de redução da demanda agregada
- b) monetária expansiva
- c) orçamentária contracionista
- d) macroeconômica fiscal expansiva
- e) financeira sem efeitos reais na economia

Comentários:

Não importa como ele se dê, o aumento de gastos públicos sempre será uma política fiscal expansiva, tornando "d" o gabarito.

a) de redução da demanda agregada

Pelo contrário. Políticas expansionistas são de elevação da demanda agregada.

b) monetária expansiva

Errado. Elevação dos gastos não é política monetária.

c) orçamentária contracionista

Também pelo contrário: até podemos chamar de orçamentária, mas do tipo expansionista.

e) financeira sem efeitos reais na economia

Errado. O efeito é elevação da demanda agregada.

Gabarito: "d"

3. (2018/CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional - Economia)

Considere que o governo tem um déficit orçamentário em certo país. Ele resolve aumentar seu gasto, financiando o dispêndio adicional pela venda de títulos da dívida pública no mercado financeiro.

Tal ação

- a) é uma política fiscal expansiva da demanda agregada.
- b) acarreta uma diminuição da taxa de juros no mercado financeiro.
- c) diminui o déficit orçamentário do governo.
- d) diminui a futura arrecadação fiscal do governo.
- e) causa uma redução das importações.

Comentários:



A questão tenta te confundir mencionando a “venda de títulos”, mas o que realmente importa é que o governo está aumentando seus gastos, e isso é política fiscal expansionista (expansiva), tornando “a” nossa resposta.

E note como a banca repete esse tipo de questão!

Como caiu num concurso para economista, as letras “b”, “d” e “e” exigiriam conhecimentos que não desenvolveremos aqui, mas não é necessário para acertar a questão.

Em “c”, o próprio enunciado aponta o erro: se apenas o dispêndio adicional será financiado pelos títulos, o déficit será mantido.

Gabarito: “a”



4. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

Comentários:

Nosso quadro deixa claro qual é a opção correta;

Políticas Fiscais	
 EXPANSIONISTAS <ul style="list-style-type: none">▶ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);▶ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);▶ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);	 RESTRITIVAS <ul style="list-style-type: none">▶ Recriação da CPMF (↑T: impostos);▶ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);▶ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);▶ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);



<ul style="list-style-type: none">▶ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);▶ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	<ul style="list-style-type: none">▶ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).
--	---

Mas apenas para ter certeza, vejamos cada uma das alternativas, lembrando que estamos buscando uma política expansionista de qualquer modalidade.

a) fiscal que aumente o gasto do governo.

Aqui está o gabarito: o aumento dos gastos constitui **política fiscal expansionista**.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.

Nesse caso, não temos mudança alguma em termos de orientação da política fiscal.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

Significa, possivelmente, política monetária contracionista, uma vez que agregados monetários incluem a moeda em sentido estrito. Eu disse "possivelmente" porque é possível reduzir agregados monetários em sentido amplo (como títulos públicos) sem reduzir a moeda, mas de toda forma não está aqui a política expansionista.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

A forma de diminuir o endividamento é aumentando o resultado fiscal positivo ou reduzindo o resultado negativo, ou seja, aumentando as arrecadações (tributação) ou reduzindo os gastos. Ambos são políticos fiscais contracionistas.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

Também é política monetária contracionista. Na prática, a elevação dos juros é consequência da política monetária restritiva, uma vez que os juros são o preço do dinheiro.

Gabarito: "a"

5. (2004/UEG/SEFAZ GO/Gestor Fazendário - adaptada)

A interferência do governo na economia dá-se por não existir no mercado uma alocação perfeita dos recursos, que são escassos. É, portanto, imperfeita a relação demandante e ofertante no mercado. O governo, então, justifica sua existência, como agente interventor nessa conflituosa relação. E um dos instrumentos dessa intervenção é a política fiscal, com a qual o governo exerce controle sobre os ciclos do nível de renda.



Marque a alternativa que NÃO representa a correta aplicação da política fiscal e do controle da renda:

- a) Para expandir a renda - deve-se aumentar os gastos do governo.
- b) Para contrair a renda - deve-se diminuir os gastos do governo.
- c) Para expandir a renda - deve-se diminuir tributos.
- d) Para expandir a renda - deve-se aumentar os tributos.
- e) Para contrair a renda - deve-se aumentar os tributos.

Comentários:

Para expandir a renda, deve-se adotar uma política fiscal expansionista, por meio de aumento dos gastos do governo ou redução dos tributos. O contrário também é válido, por isso as alternativas "a", "b", "c" e "e" estão corretas.

Gabarito: "d"

6. (2010/CESGRANRIO/EPE/Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)

Acerca das necessidades de financiamento do setor público, analise as afirmativas a seguir.

I - Na apuração do resultado nominal, devem ser acrescentados ao resultado primário os valores pagos e recebidos de juros nominais junto ao sistema financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo.

II - A necessidade de financiamento do setor público, no conceito primário, exclui das necessidades de financiamentos nominais o pagamento de juros nominais que incide sobre a dívida fiscal líquida.

III - A principal diferença entre o resultado primário e o resultado operacional do governo consiste no fato de que, no primeiro, são computados os juros sobre a dívida pública e no segundo, não.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas, sempre com atenção à estratégia para este tipo de questão:

I - Na apuração do resultado nominal, devem ser acrescentados ao resultado primário os valores pagos e recebidos de juros nominais junto ao sistema financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo.



Isso está correto: partindo-se do resultado primário, soma-se os juros (e quando falar apenas "juros", entenda como "juros nominais") para chegar ao resultado nominal. Observe que isso elimina duas alternativas: "b" e "d".

II - A necessidade de financiamento do setor público, no conceito primário, exclui das necessidades de financiamentos nominais o pagamento de juros nominais que incide sobre a dívida fiscal líquida.

Correto também. Na verdade, é a mesma coisa, mas em sentido inverso: partindo do resultado nominal, retira-se os juros para chegar ao resultado primário. Está eliminada a letra "a",

III - A principal diferença entre o resultado primário e o resultado operacional do governo consiste no fato de que, no primeiro, são computados os juros sobre a dívida pública e no segundo, não.

Errado! O resultado primário não computa os juros. Temos nosso gabarito.

Gabarito: "c"

7. (2016/VUNESP/GRU/Economista)

Quando os gastos do governo são superiores à sua arrecadação, ocorre o fenômeno

- a) da Deflação.
- b) do Déficit Público.
- c) da Curva de Phillips.
- d) do Custo de oportunidade.
- e) do Custo explícito.

Comentários:

Quando os gastos são superiores à arrecadação, temos o resultado negativo, também conhecido como **déficit público**. Por isso, "b" é nosso gabarito.

As demais alternativas fogem ao escopo desta aula e do edital, mas comento brevemente:

a) da Deflação.

É o fenômeno de queda generalizada nos preços (o oposto de inflação).

c) da Curva de Phillips.

É um modelo que demonstra a relação negativa (tradeoff) entre inflação e desemprego.

d) do Custo de oportunidade.



É o conceito de custo implícito, quando o custo de uma decisão não é somente os recursos dispendidos nela, mas sim as alternativas deixadas de lado ao tomar essa decisão.

e) do Custo explícito.

São, basicamente, os chamados custos contábeis.

Gabarito: "b"

8. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

O déficit primário se verifica quando

- a) as receitas do governo são iguais às despesas, não incluindo pagamento dos juros da dívida.
- b) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros totais da dívida.
- c) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros da dívida descontados da inflação.
- d) as receitas do governo são inferiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.
- e) as receitas do governo são superiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.

Comentários:

O déficit primário (DP) é definido assim: $DP = \text{Despesas não financeiras} - \text{Receitas não financeiras}$

Receitas e despesas financeiras não incluem pagamento dos juros da dívida e, portanto, o DP ocorre quando as despesas são superiores às receitas, ou seja, quando as receitas são inferiores às despesas, sem incluir pagamentos de juros da dívida.

Gabarito: "d"

9. (2019/VUNESP/MPE SP/Analista Técnico Científico - Economista)

Leia o texto para responder à questão.

Num determinado ano, um governo arrecada \$ 800 e tem gastos (sem contar juros) de \$ 700. O total da dívida é \$ 2 000, a taxa de juros básica 10% ao ano e a taxa de inflação 5% naquele ano.

O resultado nominal desse governo foi:

- a) superavitário em \$ 100.
- b) equilibrado.
- c) deficitário de \$ 100.
- d) deficitário de \$ 200.



e) deficitário de \$ 300.

Comentários:

O resultado nominal não faz distinção entre receitas e despesas financeiras ou não-financeiras, ou seja, ele é o resultado mais abrangente, que considera todo tipo de despesa, e não expurga a inflação.

Portanto, subtraímos os gastos das receitas, e depois tiramos as despesas com juros, que foram de 10% de \$2000, ou seja: \$200.

$$RN = 800 - 700 - 200$$

$$RN = -100$$

E a inflação? Note que os juros de 10% são nominais, ou seja, já incluem a inflação. Só precisaríamos tirar a inflação se a banca quisesse o resultado operacional, o que não foi o caso.

Gabarito: "c"

10. (2019/VUNESP/CAMPINAS/Economista)

Ocorre um déficit primário do setor público quando

- a) o total das receitas do Governo for inferior ao total de suas despesas, independentemente da natureza das mesmas.
- b) o Governo consegue reduzir de forma permanente sua dívida pública interna para com o setor privado.
- c) as receitas financeiras do Governo são inferiores às suas despesas financeiras.
- d) o Governo não necessita emitir papel-moeda para financiar os seus gastos.
- e) as despesas não financeiras do Governo são maiores que suas receitas não financeiras.

Comentários:

A alternativa "e" conceitua corretamente o déficit primário: o excesso de despesas não financeiras sobre as receitas não financeiras, e por isso é nosso gabarito.

A alternativa "a" traz o conceito de resultado nominal, e não pode ser nosso gabarito.

O fato de o governo conseguir reduzir sua dívida indica um resultado superavitário... não tem como "b" ser nossa resposta.

Em "c", estamos falando do resultado financeiro, que entra no cômputo do resultado operacional, logo após ser apurado o resultado primário.



A alternativa "d" fala de uma forma que o governo tem de financiar seus gastos, e se o governo não tem essa necessidade, é sinal de resultado positivo (superávit).

Gabarito: "e"

11. (2015/VUNESP/SP/Auditor Municipal de Controle Interno)

Considere um governo deficitário que tenha uma dívida de R\$ 1 bilhão, pela qual paga uma taxa de juros. Suponha que a taxa de inflação aumente e o governo decida aumentar a taxa de juros nominal de modo que a taxa de juros real não se altere. Pode-se dizer que, na situação descrita, os deficit primário, operacional e nominal, respectivamente,

- a) aumenta, aumenta e aumenta.
- b) aumenta, não se altera e aumenta.
- c) não se altera, não se altera e aumenta.
- d) não se altera, aumenta e não se altera.
- e) não se altera, aumenta e aumenta.

Comentários:

Na prática, a única coisa que está mudando é a taxa de juros nominal. Sendo assim, apenas o resultado nominal será afetado, e apenas a alternativa "c" é uma candidata a gabarito.

Veja só:

despesas não financeiras	-	receitas não financeiras	=	déficit primário
se não muda...		...e não muda...		...então não muda

déficit primário	+	juros reais	=	déficit operacional
não muda		não muda		não muda

déficit primário	+	juros nominais	=	déficit nominal
não muda		aumenta		aumenta

Gabarito: "c"



12. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Uma economia cresce sem inflação. A razão Dívida Pública ÷ Produto Interno Bruto ($D \div PIB$) aumentará continuamente se não houver um valor mínimo de Superavit Primário (S) do setor público, expresso em relação ao Produto Interno Bruto ($S \div PIB$).

Não ocorrendo alteração nas demais variáveis relevantes, esse valor mínimo de $S \div PIB$ será menor se o(a)

- a) grau de abertura para o exterior da economia for menor.
- b) valor inicial da relação $D \div PIB$ for maior.
- c) consumo privado em relação ao PIB for menor.
- d) taxa de juros da economia for menor.
- e) taxa de crescimento do PIB real da economia for menor

Comentários:

Lembre-se que o que determina o nível da dívida é principalmente a geração de resultados: déficit ou superávit.

Para reduzir a relação "dívida/PIB", precisamos reduzir a dívida (melhorando o resultado fiscal) ou elevar o PIB. E um valor mínimo de superávit primário é suficiente para diminuir a dívida caso cubra, também, os juros da dívida. Caso contrário, a dívida aumenta.

Sendo assim, vamos avaliar as alternativas, tendo em mente que "a" e "c" estão erradas e fora do escopo da aula, enquanto as alternativas "b", "d" e "e" são assunto nosso (ou melhor, do edital):

b) valor inicial da relação $D \div PIB$ for maior.

Errado. Quanto maior a relação inicial, maior a necessidade de gerar superávits.

d) taxa de juros da economia for menor.

Aqui está! Se os juros forem menores, haverá menos despesas com juros da dívida e, conseqüentemente, redução da dívida.

e) taxa de crescimento do PIB real da economia for menor

Pelo contrário! Se o PIB tiver menor taxa de crescimento, a tendência é relação "dívida / PIB" tende a se elevar.

Gabarito: "d"

13. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Um título de renda fixa, emitido pelo governo federal há três meses, pode ser revendido pelo seu dono no

- a) mercado primário do título.



- b) mercado secundário de títulos.
- c) mercado de derivativos.
- d) mercado de ações preferenciais.
- e) dia seguinte ao seu vencimento.

Comentários:

Depois que o título é emitido no mercado primário, as negociações ocorrem no mercado secundário de títulos públicos.

Gabarito: "b"

14. (2002/VUNESP/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Os termos "acima da linha" e "abaixo da linha", aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a

- a) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não dos pagamentos de juros pelo governo.
- b) dois conceitos distintos de déficits, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não da correção monetária paga pelo governo.
- c) conceitos distintos de déficit, calculados a partir da mesma fonte de informações.
- d) duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.
- e) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não das despesas de capital do governo.

Comentários:

Temos duas formas de mensuração do déficit público:

- ▶ **Acima da linha:** ocorre quando se mede o déficit com base na execução orçamentária das entidades que o geram, isto é, diretamente das receitas e das despesas. No caso do governo, verificamos quais foram os gastos com, por exemplo, educação, saúde, custeio etc. (enfim, todos os gastos das entidades) e quais foram as receitas, para, então, verificarmos o déficit ou superávit público.
- ▶ **Abaixo da linha:** por este método, mede-se o tamanho do déficit pelo lado do financiamento. Em vez de se preocupar com as receitas e gastos, simplesmente, faz-se a seguinte pergunta: quanto eu tenho que pagar (quanto eu tenho que financiar)?
A resposta será o próprio déficit público - no conceito nominal.

Portanto, está correta a letra "d", e necessariamente incorretas todas as demais, que falam que são conceitos ou definições distintas.

Gabarito: "d"



15. (2015/FCC/TCE-CE/Analista de Controle Externo)

As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO

- a) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
- b) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
- c) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
- d) representam o estoque total da dívida pública de um país.
- e) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

Comentários:

As NFSP são, tal como os déficits ou superávits, variáveis do tipo **fluxo**. Portanto, medem a variação do endividamento em determinado período. A dívida pública, por outro lado, é uma variável do tipo **estoque**, que aumenta ou diminui conforme o governo registra déficits ou superávits, respectivamente.

Basta pensarmos nos Déficits/Superávits e nas NFSP como a água que cai de uma torneira, e na dívida pública como a água que acumula embaixo.



Gabarito: "d"

16. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Um poupador compra um título federal que promete um pagamento fixo de R\$ 100,00, no prazo de um mês. No dia seguinte à compra, as taxas de juros na economia diminuem substancialmente.

Nesse caso, o(s)

- a) poupador terá um grande prejuízo.
- b) título pagará menos que R\$ 100,00 no vencimento.
- c) preço do título no mercado aumentará.
- d) preços das ações na bolsa diminuirão, devido aos juros mais baixos.
- e) preços dos imóveis diminuirão, devido aos juros mais baixos.

Comentários:



Para você compreender como variações nos juros têm impacto nos títulos prefixados, vamos construir uma situação hipotética.

Imagine que hoje você comprou um título por R\$1.000. Esse título paga juros prefixados de 50% ao ano, pois a taxa básica de juros (Selic) está bastante elevada.

Portanto, dentro de um ano você receberá R\$1.500, haja o que houver, pois os juros são prefixados.

No dia seguinte à compra, o Banco Central anuncia um grande corte nos juros básicos, derrubando a remuneração dos títulos (mas não do seu título, que é prefixado)! Agora, os títulos do mercado pagam apenas 10% de juros.

Com 10% de juros ao ano, um título que paga R\$1.500, dentro de um ano, agora custa R\$1.363.

Me responda: só se passou um dia, mas você venderia seu título por R\$1.001? De jeito nenhum, né? Afinal, quem quiser receber R\$1.500 dentro de um ano precisa pagar R\$1.363! A propósito, isso é o que vale seu título no mercado secundário, depois da queda nos juros: R\$1.363.

Resumindo; quando os juros caem, quem tinha títulos prefixados terá seus títulos valorizados.

É por isso que títulos pós-fixados com base nos juros (como o Tesouro Selic) têm menor "risco de juros" do que os títulos prefixados.

Gabarito: "c"

17. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Pagamentos intermediários realizados para o investidor de títulos públicos são os(as).

- a) Índices.
- b) Dealers.
- c) Riscos.
- d) Rendas.
- e) Cupons.

Comentários:

O enunciado descreve os cupons, que são justamente pagamentos intermediários (normalmente semestrais) realizados antes do vencimento de um título.

Claro que esses pagamentos representam rendas (letra "d") para o dono do título, mas a letra "e" é mais específica.

Gabarito: "e"



18. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Os títulos públicos prefixados possuem diferenças em relação aos pós-fixados. Assinale a alternativa que contém uma característica EXCLUSIVA dos prefixados.

- a) O rendimento é vinculado a um índice.
- b) Possuem mercado secundário.
- c) Têm como exemplo o Tesouro IPCA.
- d) A rentabilidade nominal é conhecida desde o início.
- e) Possuem liquidez.

Comentários:

Vamos avaliar as alternativas, sempre buscando a característica que é exclusiva dos prefixados, ou seja, que os pós-fixados não possuem, mas os prefixados sim.

a) O rendimento é vinculado a um índice.

Errado. Essa é uma característica dos pós-fixados.

b) Possuem mercado secundário.

Errado. Ambos possuem mercado secundário.

c) Têm como exemplo o Tesouro IPCA.

Errado. O Tesouro IPCA é um exemplo de pós-fixado.

d) A rentabilidade nominal é conhecida desde o início.

Certo! Nos títulos prefixados, sabe-se a rentabilidade nominal desde o início.

e) Possuem liquidez.

Errado. Ambos possuem boa liquidez.

Gabarito: "d"

19. (2021/PROF. CELSO NATALE)

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, de forma 100% online.

O título que garante rentabilidade superior a um índice de inflação é o

- a) Tesouro IPCA.
- b) Tesouro IGPM.
- c) Tesouro Selic.



- d) Tesouro Prefixado.
- e) Tesouro Inflação.

Comentários:

O Tesouro IPCA é um título que paga IPCA (um índice de inflação) e algum juro adicional. Portanto, a letra "a" é nosso gabarito.

Note que o IGPM (letra "b") também é um índice de inflação, mas não existe tal título.

E a Selic não é um índice de inflação, o que torna a letra "c" incorreta.

"Tesouro Inflação" também não existe.

Gabarito: "a"

20. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Um investidor possui papeis de Tesouro IPCA e precisa obter liquidez para realizar a compra de um imóvel. Para vender seus papeis, ele poderá recorrer ao (à)

- a) Mercado Primário de Títulos Públicos.
- b) Mercado Secundário de Títulos Públicos.
- c) Mercado Inflacionário.
- d) Bolsa de Valores.
- e) Mercado Cambial.

Comentários:

O Tesouro IPCA é um título público, portanto ficamos entre as letras "a" e "b". Como o investidor não é o governo, ele não venderá no mercado primário. O gabarito é a letra "b".

Gabarito: "b"

21. (2019/ACEP/PREF ARACATI/Analista - Fundos de Investimento)

A antiga denominação de Letra Financeira do Tesouro (LFT), atualmente chamada de outra forma, é o principal título público emitido pelo governo federal e distribuído através do Tesouro Direto, sistema de negociação de títulos públicos federais no mercado de varejo, diretamente ao investidor. Assinale a alternativa que corresponde à remuneração de uma LFT.

- a) Variação do CDB.
- b) Variação do IPCA.
- c) Variação do Ouro.
- d) Variação da Taxa Selic-Over.



Comentários:

Veja só, a Letra Financeira do Tesouro (LFT) agora é o Tesouro Selic, e aí fica fácil marcar "d".

Vamos aproveitar para revisar a mudança de denominação:

Nome antigo		Novo nome
Letra do Tesouro Nacional (LTN)		Tesouro Prefixado
Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)	▶	Tesouro Prefixado com Juros Periódicos
Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B)		Tesouro IPCA com Juros Periódicos
Letra Financeiro do Tesouro (LFT)		Tesouro Selic

Gabarito: "d"



LISTA DE QUESTÕES

1. (2019/CESGRANRIO/UNIRIO/Economista)

Segundo a teoria Keynesiana do comportamento de macroeconomia, a política fiscal expansiva é um instrumento básico para estimular uma economia em recessão.

Uma política fiscal expansiva consistiria, por exemplo, em aumentar o(a)

- a) gasto do setor público
- a) imposto de renda
- a) superávit orçamentário do setor público
- a) receita fiscal do governo
- a) taxa cobrada pelos serviços públicos prestados pelo governo

2. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Administração)

Um aumento dos gastos em bens e serviços por parte do governo, financiado pela emissão de títulos públicos e causando um aumento das taxas de juros na economia, é uma política

- a) de redução da demanda agregada
- b) monetária expansiva
- c) orçamentária contracionista
- d) macroeconômica fiscal expansiva
- e) financeira sem efeitos reais na economia

3. (2018/CESGRANRIO/LIQUIGÁS/ - Profissional - Economia/Júnior/2018/Edital 02

Considere que o governo tem um déficit orçamentário em certo país. Ele resolve aumentar seu gasto, financiando o dispêndio adicional pela venda de títulos da dívida pública no mercado financeiro.

Tal ação

- a) é uma política fiscal expansiva da demanda agregada.
- b) acarreta uma diminuição da taxa de juros no mercado financeiro.
- c) diminui o déficit orçamentário do governo.
- d) diminui a futura arrecadação fiscal do governo.
- e) causa uma redução das importações.

4. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.



- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

5. (2004/UEG/SEFAZ GO/Gestor Fazendário - adaptada)

A interferência do governo na economia dá-se por não existir no mercado uma alocação perfeita dos recursos, que são escassos. É, portanto, imperfeita a relação demandante e ofertante no mercado. O governo, então, justifica sua existência, como agente interventor nessa conflituosa relação. E um dos instrumentos dessa intervenção é a política fiscal, com a qual o governo exerce controle sobre os ciclos do nível de renda.

Marque a alternativa que NÃO representa a correta aplicação da política fiscal e do controle da renda:

- a) Para expandir a renda - deve-se aumentar os gastos do governo.
- b) Para contrair a renda - deve-se diminuir os gastos do governo.
- c) Para expandir a renda - deve-se diminuir tributos.
- d) Para expandir a renda - deve-se aumentar os tributos.
- e) Para contrair a renda - deve-se aumentar os tributos.

6. (2010/CESGRANRIO/EPE/Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)

Acerca das necessidades de financiamento do setor público, analise as afirmativas a seguir.

I - Na apuração do resultado nominal, devem ser acrescentados ao resultado primário os valores pagos e recebidos de juros nominais junto ao sistema financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo.

II - A necessidade de financiamento do setor público, no conceito primário, exclui das necessidades de financiamentos nominais o pagamento de juros nominais que incide sobre a dívida fiscal líquida.

III - A principal diferença entre o resultado primário e o resultado operacional do governo consiste no fato de que, no primeiro, são computados os juros sobre a dívida pública e no segundo, não.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- d) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.



7. (2016/VUNESP/GRU/Economista)

Quando os gastos do governo são superiores à sua arrecadação, ocorre o fenômeno

- a) da Deflação.
- b) do Déficit Público.
- c) da Curva de Phillips.
- d) do Custo de oportunidade.
- e) do Custo explícito.

8. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

O déficit primário se verifica quando

- a) as receitas do governo são iguais às despesas, não incluindo pagamento dos juros da dívida.
- b) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros totais da dívida.
- c) as receitas do governo são inferiores às despesas, incluindo o pagamento dos juros da dívida descontados da inflação.
- d) as receitas do governo são inferiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.
- e) as receitas do governo são superiores às despesas, não incluindo o pagamento de juros da dívida.

9. (2019/VUNESP/MPE SP/Analista Técnico Científico - Economista)

Leia o texto para responder à questão.

Num determinado ano, um governo arrecada \$ 800 e tem gastos (sem contar juros) de \$ 700. O total da dívida é \$ 2 000, a taxa de juros básica 10% ao ano e a taxa de inflação 5% naquele ano.

O resultado nominal desse governo foi:

- a) superavitário em \$ 100.
- b) equilibrado.
- c) deficitário de \$ 100.
- d) deficitário de \$ 200.
- e) deficitário de \$ 300.

10. (2019/VUNESP/CAMPINAS/Economista)

Ocorre um déficit primário do setor público quando

- a) o total das receitas do Governo for inferior ao total de suas despesas, independentemente da natureza das mesmas.



- b) o Governo consegue reduzir de forma permanente sua dívida pública interna para com o setor privado.
- c) as receitas financeiras do Governo são inferiores às suas despesas financeiras.
- d) o Governo não necessita emitir papel-moeda para financiar os seus gastos.
- e) as despesas não financeiras do Governo são maiores que suas receitas não financeiras.

11. (2015/VUNESP/SP/Auditor Municipal de Controle Interno)

Considere um governo deficitário que tenha uma dívida de R\$ 1 bilhão, pela qual paga uma taxa de juros. Suponha que a taxa de inflação aumente e o governo decida aumentar a taxa de juros nominal de modo que a taxa de juros real não se altere. Pode-se dizer que, na situação descrita, os deficit primário, operacional e nominal, respectivamente,

- a) aumenta, aumenta e aumenta.
- b) aumenta, não se altera e aumenta.
- c) não se altera, não se altera e aumenta.
- d) não se altera, aumenta e não se altera.
- e) não se altera, aumenta e aumenta.

12. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Uma economia cresce sem inflação. A razão Dívida Pública ÷ Produto Interno Bruto ($D \div PIB$) aumentará continuamente se não houver um valor mínimo de Superavit Primário (S) do setor público, expresso em relação ao Produto Interno Bruto ($S \div PIB$).

Não ocorrendo alteração nas demais variáveis relevantes, esse valor mínimo de $S \div PIB$ será menor se o(a)

- a) grau de abertura para o exterior da economia for menor.
- b) valor inicial da relação $D \div PIB$ for maior.
- c) consumo privado em relação ao PIB for menor.
- d) taxa de juros da economia for menor.
- e) taxa de crescimento do PIB real da economia for menor

13. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Um título de renda fixa, emitido pelo governo federal há três meses, pode ser revendido pelo seu dono no

- a) mercado primário do título.
- b) mercado secundário de títulos.
- c) mercado de derivativos.
- d) mercado de ações preferenciais.
- e) dia seguinte ao seu vencimento.



14. (2002/VUNESP/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Os termos "acima da linha" e "abaixo da linha", aplicados em relação ao déficit público no Brasil, correspondem a

- a) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não dos pagamentos de juros pelo governo.
- b) dois conceitos distintos de déficits, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não da correção monetária paga pelo governo.
- c) conceitos distintos de déficit, calculados a partir da mesma fonte de informações.
- d) duas formas de medir o déficit, respectivamente, a partir de sua geração e de seu financiamento.
- e) duas definições distintas de déficit público, que se diferenciam, respectivamente, pela inclusão ou não das despesas de capital do governo.

15. (2015/FCC/TCE-CE/Analista de Controle Externo)

As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO

- a) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
- b) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
- c) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
- d) representam o estoque total da dívida pública de um país.
- e) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

16. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Um poupador compra um título federal que promete um pagamento fixo de R\$ 100,00, no prazo de um mês. No dia seguinte à compra, as taxas de juros na economia diminuem substancialmente.

Nesse caso, o(s)

- a) poupador terá um grande prejuízo.
- b) título pagará menos que R\$ 100,00 no vencimento.
- c) preço do título no mercado aumentará.
- d) preços das ações na bolsa diminuirão, devido aos juros mais baixos.
- e) preços dos imóveis diminuirão, devido aos juros mais baixos.

17. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Pagamentos intermediários realizados para o investidor de títulos públicos são os(as).

- a) Índices.
- b) Dealers.



- c) Riscos.
- d) Rendas.
- e) Cupons.

18. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Os títulos públicos prefixados possuem diferenças em relação aos pós-fixados. Assinale a alternativa que contém uma característica exclusiva dos prefixados.

- a) O rendimento é vinculado a um índice.
- b) Possuem mercado secundário.
- c) Têm como exemplo o Tesouro IPCA.
- d) A rentabilidade nominal é conhecida desde o início.
- e) Possuem liquidez.

19. (2021/PROF. CELSO NATALE)

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, de forma 100% online.

O título que garante rentabilidade superior a um índice de inflação é o

- a) Tesouro IPCA.
- b) Tesouro IGPM.
- c) Tesouro Selic.
- d) Tesouro Prefixado.
- e) Tesouro Inflação.

20. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Um investidor possui papéis de Tesouro IPCA e precisa obter liquidez para realizar a compra de um imóvel. Para vender seus papéis, ele poderá recorrer ao (à)

- a) Mercado Primário de Títulos Públicos.
- b) Mercado Secundário de Títulos Públicos.
- c) Mercado Inflacionário.
- d) Bolsa de Valores.
- e) Mercado Cambial.

21. (2019/ACEP/PREF ARACATI/Analista - Fundos de Investimento)

A antiga denominação de Letra Financeira do Tesouro (LFT), atualmente chamada de outra forma, é o principal título público emitido pelo governo federal e distribuído através do Tesouro



Direto, sistema de negociação de títulos públicos federais no mercado de varejo, diretamente ao investidor. Assinale a alternativa que corresponde à remuneração de uma LFT.

- a) Variação do CDB.
- b) Variação do IPCA.
- c) Variação do Ouro.
- d) Variação da Taxa Selic-Over.

GABARITO

- | | | |
|------|-------|-------|
| 1. A | 9. C | 17. E |
| 2. D | 10. E | 18. D |
| 3. A | 11. C | 19. A |
| 4. A | 12. D | 20. B |
| 5. D | 13. B | 21. D |
| 6. C | 14. D | |
| 7. B | 15. D | |
| 8. D | 16. C | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.